

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr.ª Maria Joaquina Coutinho Maurício — Assistente Graduado — Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE

2.º Vogal — Dr.ª Olímpia Rosa Gonzaga Martins Cunha — Assistente Graduado — Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE

Júri n.º 17 — ARS Norte

Presidente: Dr. Joaquim Monteiro da Silva — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE
Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dr.ª Maria Teresa Novais do Vale Pinto Alves da Costa — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento)

2.º Vogal — Dr. João Manuel da Silva Calhau — Assistente Graduado — Hospital Infante D. Pedro — Aveiro (Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE)

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr.ª Maria Helena Jacinto Sarmento Pereira — Assistente Graduado — Unidade Hospitalar de Guimarães (Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE)

2.º Vogal — Dr.ª Isabel Maria de Castro Valério de Jesus — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE

Júri n.º 18 — ARS Norte

Presidente: Dr. João Luís Esperança Ferreira da Silva — Assistente Graduado Sênior — Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE
Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dr.ª Luís Pedro Alves Tavares — Assistente Graduado — Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento)

2.º Vogal — Dr. Manuel Guilherme Muge Ribeiro da Gama — Assistente Graduado — Hospital São João (Centro Hospitalar de São João, EPE)

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr. João José Santiago Alves Correia — Assistente Graduado — Hospital Sousa Martins — Guarda (Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE)

2.º Vogal — Dr.ª Fátima Maria da Silva Alves Pais — Assistente Graduado — Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE

Júri n.º 19 — ARS Norte e RA Madeira

Presidente: Dr. Fernando Alberto dos Santos Gomes — Assistente Graduado Sênior — Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE
Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dr.ª Diana Maria Pereira Gomes da Costa Guerra — Assistente Graduado — Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento)

2.º Vogal — Dr.ª Maria da Glória Cunha Sousa Alves — Assistente Graduado — Unidade Hospitalar de Guimarães (Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE)

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr.ª Maria Teresa Faria de Mendonça — Assistente Graduado — Hospital Geral de Santo António (Centro Hospitalar do Porto, EPE)

2.º Vogal — Dr.ª Helena Maria Bento Terleira — Assistente Graduado — Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE

Nos termos do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, foi definido que o concurso realizar-se-á com 19 júris, de acordo com o esquema abaixo. Existindo 7 júris com candidatos da ARS LVT, 3 júris com candidatos da ARS Centro e 6 júris com candidatos da ARS Norte, a sua distribuição será efetuada por sorteio público, no âmbito de cada região de saúde, a realizar nas instalações da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, sita na Avenida João Crisóstomo, n.º 14, 1000 -177 Lisboa, no 5.º dia útil após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, às 15h00.

ARS Algarve, ARS Alentejo e AR Açores — 1 júri.

ARS LVT e ARS Alentejo — 1 júri.

ARS LVT — 7 júris.

ARS Centro — 3 júris.

ARS Norte — 6 júris.

ARS Norte e RA Madeira — 1 júris.

10/02/2015. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

208436575

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 2182/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 727/2014 — Ref. 2013/AO2, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, com os trabalhadores abaixo identificados, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Operacional:

| Nome | Posição remuneratória | Nível remuneratório |
|--|-----------------------|---------------------|
| João Paulo Vicente Pereira dos Santos. | Entre a 1.ª e a 2.ª | Entre o 1 e o 2 |
| José Luís Pereira de Moura Barreira. | Entre a 2.ª e a 3.ª | Entre o 2 e o 3 |
| Manuel Jorge Soares Lopes Simões. | Entre a 1.ª e a 2.ª | Entre o 1 e o 2 |
| Sandra Marisa Martins Carrito | Entre a 3.ª e a 4.ª | Entre o 3 e o 4 |

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental dos trabalhadores terá a seguinte composição:

Presidente — António da Silva Rodrigues, Coordenador Técnico do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Isabel Maria dos Santos Queiroz, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Graça Maria Ferreira de Lemos, Assistente Operacional do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Helder Fernando Branco Trindade*.

208428491

Aviso n.º 2183/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 726/2014 — Ref. 2013/AT3, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2014, com a trabalhadora Margarida Ferreira da Cunha Mota, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental da trabalhadora terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Ofélia Trovão Bacelar Alves, Assistente Graduado Sênior do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Maria João Ferreira Medeiros dos Reis Camelo, Técnica Superior do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Maria Helena Ferreira de Jesus Godinho, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada

em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR-2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

04 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Hélder Fernando Branco Trindade*.

208428994

Aviso n.º 2184/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 726/2014 — Ref. 2013/AT3, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, com a trabalhadora Isabel Maria Ferreira Gonçalves, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR-2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Hélder Fernando Branco Trindade*.

208428945

Aviso n.º 2185/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 5228/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 77, de 21 de abril de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2014, com a trabalhadora Carla Patrícia de Carvalho Valente, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente ao intervalo remuneratório entre o 17 e o 18 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental da trabalhadora terá a seguinte composição:

Presidente — Dora Patrícia Raimundo Lopes Ferreira, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Sara Cristina Bárbara Serápio Pires, Assistente Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Maria Helena Ferreira de Jesus Godinho, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR-2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

04 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Hélder Fernando Branco Trindade*.

208429066

Aviso n.º 2186/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 2492/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2014, com a trabalhadora Mónica Irene de Sousa Miranda Teixeira, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental da trabalhadora terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Ofélia Trovão Bacelar Alves, Assistente Graduada Sênior do mapa de pessoal do IPST, I. P.;

1.º Vogal Efetivo — Maria João Ferreira Medeiros dos Reis Camelo, Técnica Superior do mapa de pessoal do IPST, I. P., que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Maria Helena Ferreira de Jesus Godinho, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, I. P.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

04 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Hélder Fernando Branco Trindade*.

208429033

Aviso n.º 2187/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 5227/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 77, de 21 de abril de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2014, com a trabalhadora Sara Cristina de Jesus Faria, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 7 da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental da trabalhadora terá a seguinte composição:

Presidente — Dora Patrícia Raimundo Lopes Ferreira, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Eunice Carmo Aleixo Rosa, Assistente Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Maria de Fátima Alho Januário Antunes, Assistente Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR-2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Hélder Fernando Branco Trindade*.

208429139

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 2109/2015**

O Despacho n.º 10874/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 155, de 10 de agosto, procedeu à homologação das Metas Curriculares de várias disciplinas, entre as quais as de Português do Ensino Básico. Estabeleceu ainda este despacho, no seu número 2, que as Metas Curriculares se constituem como orientações recomendadas para as disciplinas referidas no ano letivo de 2012/2013, sendo posteriormente tomadas vinculativas, devendo ser respeitadas na execução do programa da disciplina em vigor. Posteriormente, o Despacho n.º 15971/2012, de 14 de dezembro, definiu o calendário da implementação das Metas Curriculares das disciplinas constantes do anexo I ao referido despacho, entre as quais o da disciplina de Português do Ensino Básico.

Estando neste ano letivo de 2014/2015 concluída a aplicação obrigatória das Metas Curriculares de Português em todos os anos de escolaridade